



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Ata da Plenária Extraordinária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEI) do dia 25 de Janeiro de 2023

A plenária Extraordinária foi realizada no dia 25 de Janeiro de 2023, em Belo Horizonte, de 09:20 às 11h30, aberta pelo presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa de Minas Gerais (CEI) Felipe Willer de Araújo Abreu Junior, no uso de suas atribuições e de acordo com o parágrafo 3º do art. 5º do Regimento Interno, na modalidade virtual pelo TEAMS, com as seguintes pautas: A: Aprovação de Plenária Virtual; B: Aprovação da ata da Plenária Ordinária de 02/12/2022; C: Ofício PRES – CEI/MG nº 01/2023 de 06/01/2023 - solicitação do cancelamento imediato das eleições do CEI-MG. Justificativas apresentadas ao Conselho de Ausências:- Kátia Regina Bibiano/Vera Lúcia e Silva - Secretária de Estado de Educação/SEE; Juliana Santos Bandeira - Secretária de Estado de Segurança Pública e Justiça/SEJUSP; Valéria Bastos Alves - Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP; Rafael Almeida de Oliveira- Secretária de Estado da Cultura e Turismo/SECULT (exonerado); Marcos Ribeiro de Oliveira - Secretária de Estado de Governo/SEGOV (exonerado); Deputado Fernando Pacheco/Assembleia Legislativa (ALMG) (solicitou sua substituição por não poder atuar) e Deputado Betão (exonerado). Convidados: Nárcia Patrícia Seabra Zanetti, Ângela Cristina Alves de Souza, Maurício Lopes Figueiredo, Leila Lopes (Secretária Executiva do CEI), Soraya Romina dos Santos (Chefe de Gabinete da SEDESE), José Soter de Figueiroa Neto (Assessor de Relações Institucionais da SEDESE); Wallison Francisco Gomes, Duílio Silva Campos (Subsecretário de Direitos Humanos), Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (Secretária de Estado de Desenvolvimento Social). Compareceram 18 (dezoito) conselheiros, com quórum suficiente para instalação da sessão plenária, entre eles quatorze (14) titulares e quatro (04) suplentes. GOVERNAMENTAL: Aletea Ferreira Prado de Figueiredo/Secretaria de Estado de Saúde/SES; Hiram Acácio Leite de Ávila/Secretaria de Estado de Governo (SEGOV); Renata Longuinhos Guimarães/Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA); Silvestre Dias/Secretaria de Estado da Fazenda (SEF); Juliana de Melo Cordeiro/Rodrigo Marques da Costa/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SEDESE. SOCIEDADE CIVIL: Bárbara Gazzola de Macedo/Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia/SBGG; Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior/Carlos Alberto dos Passos/Movimento de Luta Pró-Idoso de MG (MLPI); Rita Felix Eugênio/Clube da Melhor Idade Renascer de Janaúba/MG; Maria Aparecida Rocha Johnson/Perpétua de Jesus Luiz/Associação Amigos da Terceira Idade (AATI), Teófilo Otoni; Marina Eugênia Mazzoni Canaan/Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade (ABCMI -MG); Máximo de Fátima Moreira/Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas Idosos (SINDNAP); Leidiane Aparecida Moraes/Rozina das Dores/Lar São Vicente de Paula do Alto do Rio Doce/MG; Oswaldo Vieira Vilas/Asilo Santo, Antônio de Leopoldina, MG; Aline Rodrigues do Nascimento- Ação Social Arquidiocesana de BH/PROVIDENS. A Secretária Elizabeth sugere o início da reunião já que havia 11 membros do conselho e teria confirmação de mais um para as 09h30 minutos. O Presidente Felipe comenta que há confirmação de mais 03

conselheiros para entrar (Aline, Rita e Marina) e acata a sugestão da Secretária Elizabeth, colocando em aprovação a abertura da reunião do conselho com falta de um membro para o quórum, já que tem confirmação de mais 03 conselheiros para entrar. O presidente solicita à Secretária Executiva, Leila Lopes, fazer a chamada dos conselheiros presentes e as justificativas apresentadas ao Conselho de Ausências. Na oportunidade Leila fala que a Secretária Maria Aparecida irá fazer o relato no final da reunião, que a mesma encontra sem áudio, mas presente. Também a Rita encontra problemas para entrar, mas já está sendo resolvido. O presidente Felipe deu início a Plenária, devido ao compromisso da Secretária e coloca em votação; A: Aprovação de Plenária Virtual; ficando aprovado por unanimidade a realização da plenária virtual por meio da plataforma TEAMS. Sobre a ata deixou para o final da apresentação da Sra. Elizabeth dá as boas vindas a Secretária e todos os funcionários da SEDESE e passa a palavra à Secretária. A Secretária Elizabeth Jucá cumprimenta a todos, antes de iniciar pede desculpas de não ter realizado essa reunião presencial, era o seu desejo, mas quando solicitou a reunião extraordinária, devido não ter liberado antes o orçamento do Estado para o exercício de 2023, mas não irá faltar oportunidade, se apresenta como Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, onde está a Subsecretaria de Direitos Humanos .Há várias coordenadorias temáticas e entre elas, existe a Coordenação da Pessoa Idosa. Solicita a apresentação dos conselheiros para conhecê-los melhor, e passa a fala para o presidente. No momento da apresentação do Felipe a conselheira Rita Félix entra, o presidente se apresenta, falando de ocupar o cargo de presidente neste fim de mandato devido à renúncia da presidenta Aletea, agradece a presença da Secretária Elizabeth, passa as palavras para os conselheiros se apresentarem. Cada conselheiro que se apresentou falou da sua representatividade e instituição dentro do Conselho, Oswaldo Vilas, Máximo de Fátima, Bárbara (mesmo fora do país participando), Maria Aparecida (com problema com áudio mas deixou registrado no chat, Leidiane, Marina, Rita Felix (além de apresentar comenta que foi uma das criadoras do Conselho Estadual em 1999), Perpétua de Jesus, Aletea, Hiram, Juliana Cordeiro, Silvestre, Rodrigo, faltando apresentar só o Carlão; a fala volta para a Secretária. A secretária Elizabeth Jucá agradece por aceitarem a reunião extraordinária ocorrida devido ao ofício recebido do CEI e também pelo presidente no particular via Whatsapp, OFÍCIO. PRES. CEI Nº 001/23/Solicitação Faz: Cancelamento Imediato das Eleições do CEI MG. Assim gostaria de ouvir todos os conselheiros sobre o ofício e no final passar um feedback, ter esse entendimento em conjunto, uma preposição de conversar e pergunta se todos tem ciência e acesso ao ofício. Felipe pergunta se algum conselheiro quer explicar primeiro sobre o ofício para anulação do processo eleitoral. Felipe explica que os conselheiros estão cientes, também com encaminhamento no e-mail como resposta de cada um, comprovando suas assinaturas, considerando que não assinaria sozinho essa decisão, pois o presidente não tem prerrogativa no colegiado. Também teve atenção de não envolver os membros governamentais quanto essa solicitação da leitura, e concordância de assinatura do ofício, também logo houve o decreto de exoneração de todos os membros comissionados, não seria confortável em se manifestar diante daquele ofício, deixa em aberto para os membros governamentais que queiram se manifestar, haja visto que alguns já foram reconduzidos. Começa explicar sobre a situação do processo eleitoral da sociedade civil, fala cada ponto do ofício como: a Comissão Eleitoral foi composta sem a participação da Sociedade Civil, que na plenária não houve manifestação desta, em momento algum foi tentada a inserção da Sociedade Civil como forma de dar transparência e equilíbrio ao processo, lembrando ainda, não haver membros suplentes escolhidos para substituição destes em qualquer eventualidade; ficando dois membros de cargo comissionado da mesma secretaria, salienta que o estado deveria ter forçado mais a sociedade civil para essa participação, haja visto que em

processos passados o maior número eram de não governamental, devido os casos de exoneração de quando terminava um mandato, ficando uma comissão pequena 02 membros da mesma secretaria, reclamação de forma geral. No edital não veio como rege o regimento interno do conselho, onde todos os conselheiros são eleitores natos e desconsideraram isso, nenhum conselheiro votou. Por último, citou a forma intempestiva da eleição que teria a data do dia 05 de janeiro marcada no site da eleição e que foi antecipada para o dia 29 de dezembro, ferindo o princípio básico da transparência, por não haver publicação e avisado com antecedência. Comenta sobre as dificuldades e a forma ao qual os conselheiros Máximo passando um whatsapp no qual teria recebido a mensagem a noite nas vésperas e o mesmo informou a conselheira Maria Aparecida no dia da eleição, sem publicação. Havia uma combinação de apresentação dos membros concorrentes do edital, estaria entrando em contato - que não ocorreu. Esse fato, segundo a sociedade civil, fere um dos princípios básicos do conselho que é a transparência e o poder de decisão das plenárias (que aprovou a apresentação das entidades antes das eleições), impositivo na forma da condução. Após essa eleição, os membros da comissão foram exonerados e o prazo de vigência de recorrer também ficou vencido. Comenta que tentou enviar o ofício via SEI, mas não tinha nenhum funcionário autorizado a lançar este documento no SEI e por isso enviou no e-mail pessoal da Secretaria, pedindo desculpas. Devido a urgência, também foi encaminhado para o Ministério Público, Advocacia Geral do Estado, Secretário de Governo (Igor Eto), Defensoria Pública e estamos aguardando também estes trâmites junto a estas entidades. Comenta que ali nenhum conselheiro quer eternizar no conselho, fala por ter receio da forma que está sendo conduzido o conselho e como os próximos "conselheiros" irão direcionar. Informa para todos os conselheiros que a Controladoria parabenizou esse conselho, devido ao fato de ser um conselho mais atuante durante tempos de pandemia. Parabeniza a Aletea durante o período que esteve à frente da presidência, organizada e conhecedora da política da pessoa idosa e todos os conselheiros. A conselheira Maria Aparecida relatou no chat (devido não ter áudio) que teria recebido a mensagem na noite do dia 28 de dezembro, às 21h09m e que ficou sabendo pelo conselheiro Máximo pela manhã do dia 29 às 9hs. Assustou com a notícia da eleição por estar ciente que seria no dia 05 de janeiro de 2023. Informou que na última reunião foi sugerido uma apresentação entre as entidades concorrentes para que cada uma pudesse conhecer, a comissão mesmo concordando não acataram essa solicitação em registro em ata. Felipe passa a fala para a conselheira Aline. A Conselheira Aline relatou no chat que só foi informada que a entidade no qual representa- Ação Social Arquidiocesana de BH/PROVIDENS, que não poderia ocupar a cadeira no próximo mandato, porém entraram em contato com a instituição e solicitaram indicação de entidade religiosa para se candidatar ao processo eleitoral. Relata que concorda que a reunião com as entidades candidatas às cadeiras seria uma forma democrática e acredita que o não presencial veio prejudicar. Deixa a fala em aberto para todos conselheiros e comenta com a Secretaria que tentou agendar uma reunião com ela e o Subsecretário, mas não conseguiu inserir no SEI, parece que não houve autorização mas foi enviado um e-mail para o subsecretário. Fala no final de mandato que conseguiram agendar e comenta que o momento é de se pensar em um envelhecimento respeitoso e de qualidade. Fala sobre os recursos do fundo, poderia ser utilizado pela SEDESE para que os recursos chegassem mais rápidos, a exemplo das ILPIS, nunca houve conflitos com o Estado, sempre parceiros, mas também posicionando ao contrário quando acharem algo incorreto. Marina cumprimenta a Secretaria e ressalta como é bom conhecê-la virtualmente, fala da importância de conhecer as pessoas que estão ligada ao governo, independente de quem for, foi proposta desde a posse do Conselho, sobre a importância da mudança, independentemente de partido, a construção a chamada da presidência

para assinar juntos. Fala da importância da conscientização, da luta da conselheira Rita, da nossa ação durante a pandemia, o que poderia ser feito. Menciona sobre os recursos do fundo, que repassaram para a SEDESE para ajudar na ações, como exemplo das ILPIS, sempre parceiros mas também posiciona quando acharmos algo incorreto. Marina fala da importância de conhecer as pessoas que estão ligadas ao governo de Minas, foi proposta dela desde da posse do conselho. Comenta da Instituição a qual representa - ABCMI não só representa em Minas, mas também pelo Brasil, independente de que partido é uma oportunidade da mudança. Minas Gerais é sempre em momentos difíceis uma propulsor de mudanças e teve o privilégio de ter trabalhado em vários partidos, sempre há oportunidades na construção, ela é muito maior dentro do conselho, no momento que foram chamados pela presidência para assinar juntos com a colocação de vários conselheiros e que foram assinados com consciência. Fala dos projetos que precisam de mais dedicação. Cometa que a política pública da pessoa idosa foi construída junto com textos da ABCMI. Retrata sobre a coordenadoria do idoso, comenta a luta da conselheira Rita que batalhou pessoalmente junto com cada pessoa envolvida na assembleia. Comenta que a eleição do conselho deveria ter mais tempo, prorrogação para colocar tudo em ordem e que é de suma responsabilidade deste conselho, pois há pessoas comprometidas e que estão para colaborar no início ou final de mandato, colaborando junto ao governo. Portanto, foi de suma importância essa colocação que significa que não fomos omissos. O presidente agradeceu as palavras sábias da conselheira Marina e passou a palavra para a secretária. A Secretária comenta para Marina que respeita muito o conselho, já foi conselheira em vários conselhos, não do idoso, mas da criança e já foi presidente em conselho de Saúde. Repassa para Marina e Felipe que a plenária do conselho é autoridade máxima de definição de todas essas questões, não acha que o Estado deveria interferir, pois a plenária é instância máxima. Comenta que há duas questões de legalidade, pelo que viu tudo foi discutido em plenária e a mesma que deveria ter um papel mais exigente, ter cobrado e insistido. Houve aprovação em atas da Comissão e do próprio edital. A Comissão Eleitoral não é acima de uma plenária e gostaria de entender mais o processo e solicitar mais explicação ao presidente. Sobre a fala da Marina, reconhece todas as ações do conselho de todo o trabalho que foi feito nesta pandemia e agradece a todos pela liberação, fala que Rodrigo e Juliana representam a SEDESE, fala de não ter negado nenhuma agenda e todos que a procura, ela atende. Também gostaria de saber o porquê e quem não deixou inserir o documento no SEI, porque estava funcionando. Solicita essa informação de Felipe e fala da sua transparência, plenária máxima de instância de definição e o porquê não deixaram inserir o documento no SEI. O presidente perguntou se haveria mais conselheiros que gostaria de se posicionar. O conselheiro Oswaldo se posiciona e disse que concorda com as palavras do presidente, enfatizando o que elenco no regimento interno que os conselheiros são eleitores natos, não foram comunicados e nem receberam o link para votar, por isso deve ser considerada a anulação dessa eleição. Felipe responde para Secretária, a informação da Diretoria da Casa dos Direitos Humanos não permitiu a inserção do primeiro SEI, onde pedimos uma reunião com o subsecretário, a Aletea ainda presidente encaminhou ofício pelo e-mail particular após o mesmo não ser inserido no SEI, fala dessas dificuldades. Como todo o processo concorda que a plenária é soberana. Sentiu que não houve proposta para incluir a sociedade civil. Explana que as plenárias não são apenas para deliberar editais, era posto e lido e no final aprovado. Comenta das formas que são repassadas pelo conselho as deliberações. Informa que os conselheiros natos são votantes e que a plenária pode ter errado, mas da forma que era colocado na plenária, não havia uma condição muito favorável para discussão. Cita como exemplos, a questão das conversas com as instituições; alteração de data que tem de ser publicada e que só foi comunicado

via Whatsapp um dia antes. Foi postado no site do CEI a data para o dia 05 de janeiro 2023 e antecipada de forma intempestiva para dia 29 de dezembro de 2022, sem nenhuma publicação. Esse fator justifica a anulação do processo. Caso não ocorra a anulação, que o conselho prossiga atuando, mesmo que não veja a transparência, pode não ser legal, mas se torna imoral. Aproveitando a reunião extraordinária será colocado em votação e aguardar as definições do Estado e do jurídico se for necessário. Comenta que essa situação pode prejudicar o andamento do conselho e haverá interferência, já que os conselheiros natos não votaram e os mandatos se encerram no fim de janeiro, dado que, se houver uma nova votação, prejudica a votação, se não houver conselho em situação regular. Espera ter contribuído nas explicações como solicitada pela Secretária. O que queremos é a rotatividade do conselho, todos devem participar, tem pessoas históricas dentro deste conselho como o Carlão, Rita, Marina e dentre outros e volta a palavra a Secretária. A Secretária ressalta a importância do conselho na construção das políticas públicas, quanto mais organização das sociedades civis participando no conselho melhor é esta construção, fica mais fortalecido. O processo eleitoral é participativo e parece ter sido participativo, passa palavra para o Subsecretário. Duílio cumprimenta a todos e parabeniza a atuação do conselho de fato é reconhecido e vem acompanhando, passa sua agenda. Explica que independente da instrução do processo no SEI, todo ofício que chega na SEDESE internamente, é inserido no SEI porque segue tramitação. Afirma que não precisa inserir na origem, chegando por e-mail já será inserido e serão dados os devidos encaminhamentos. Não houve orientação nenhuma por parte do gabinete e não se sabe da coordenadoria, sobre a questão da não exceção de documentos, até porque é feito pela Secretaria Executiva do Conselho e pode ser encaminhado por e-mail. Comenta que sua agenda pode ser feita via telefone através da secretária, Sra. Patrícia, pois registra todos os pedidos de agenda e não recusa nenhum atendimento e está sempre à disposição de todos e até mesmo do conselho - que é de suma importância dentro das políticas públicas. Reforça a fala da Secretária sobre o caráter operacional da comissão do processo eleitoral, foram analisadas todas as atas do conselho que deram início em maio de 2022 com antecedência, na formação da comissão do dia 27 de maio. Há o registro do conselheiro representante da SEDESE "reafirmando a importância da participação da sociedade civil e sugere inclusive que seja um membro governamental e quatro membros da sociedade civil", registrado em ata, aprovado pela plenária e assinado pelos conselheiros. Depois houve uma insistência da participação da sociedade civil, mas não houve manifestação de interesse e reafirma que seria mais transparente e importante, pois não houve interferência do governo, não deslegitima o caráter da composição da comissão e nem da participação do plenário do conselho. A decisão máxima compete ao pleno do conselho. Comenta que as deliberações foram aprovadas dentro no plenário, a comissão aprovou em unanimidade. Os atos dessa comissão também foram aprovados pelo conselho. Devido a previsão de um calendário e prazos haveria a necessidade desta construção. A comissão tem esse caráter de construção mas não tem decisão final. Cabe ao conselho, repassar as datas das atas verificadas por apreciação e registradas. Ressalta que esteve atento a estes pontos de decisão, em atas dos dias 24 de Junho, 29 de Julho, 26 de Agosto, 30 de Setembro, 14 de 28 de Outubro e 02 de Dezembro. Reforça que o assunto foi amplamente discutido em plenárias e coloca a disposição e passa a palavra à Secretária. A Secretária ressalta que toda a legalidade do processo foi cumprida. Salaria que o que pode ser discutido é a legitimidade, fala de não estar de lados opostos dos conselheiros, juntos com os mesmos objetivos, coloca a fala para a plenária para ouvi-los mais. O Conselheiro Oswaldo coloca que a legalidade foi ferida devido não ter cumprido o regimento interno, no qual os conselheiros são eleitores natos. Felipe se posiciona além da colocação do Oswaldo e relata que a alteração da

data, não foi feita nenhuma plenária ou comunicado aos conselheiros para propor essa alteração. Essa questão fere o edital, os prazos, e para o subsecretário Duílio lamenta não saber dessa informação que poderia entrar em contato direto, só soube no final do mandato. Explica que na Casa de Direitos Humanos – CDH, sempre existia um fluxo de registro de processos no CEI, passando pela Coordenação da Casa dos Direitos Humanos para autorização, mas como não havia coordenadora, assim não havia autorização prévia para inserção, mas antes havia. A presidente Aletea, à época, solicitou e foi negado. Quanto a essas tramitações não podem simplesmente marcar por whatsapp antecipando uma eleição sem uma prévia análise em plenária e tem que ser publicado no Diário Eletrônico de Minas Gerais. Também está em ata a apresentação das entidades concorrentes, pois veja que foi ferido a parte do edital, e sobre a fala do Subsecretário que o pleno deveria ter deliberado sobre isso. Concede a palavra para Marina. Marina fala que sempre houve pontuações em suas falas quanto o que estava acontecendo, sempre existiu pressão para informalizar, comenta da importância em ter uma coordenação dos idosos e que deveriam discutir essa situação do edital. Pontua que sempre fez alertas e seguia na votação, fala da importância do acompanhamento dos demais conselheiros mesmo que depois temos que nos recolocar. Fala que tratamos de vida e o que nós conquistamos devemos passar para os demais; reforçando a fala do Felipe. Explica quando chega aos 60 anos, principalmente mulheres, “a gente voa para alcançar as estrelas e o céu”, para agradecer o país que temos. Independente do que vai acontecer, ver a importância da prorrogação deste conselho para ser entregue de forma harmoniosa ao próximo conselho. A fala foi direcionada para o Duílio e repassada para a Juliana Cordeiro. Juliana Cordeiro direciona a fala para o presidente Felipe, aproveita a oportunidade de mais uma vez esclarecer sobre a questão colocada, talvez por uma informação equivocada ocorrida em outro processo. Explica que os documentos e ofícios do Conselho são inseridos pela Secretaria Executiva do conselho e que talvez possa ser que esteja mencionando sobre alinhamento sobre as denúncias que o conselho estaria recebendo no Disque 100. Informa que esse processo foi instruído no SEI e foi respondido via ofício pelo próprio SEI e também pelo Subsecretário. Comenta que foi solicitado uma pauta em plenária com a Sra. Barbara Amelize para apresentar e passar as informações junto ao conselho. Afirma ainda que as secretarias executivas têm toda liberdade de inserir documento no SEI, ela está com apoio, principalmente em deliberação, mas em nenhum momento foi negado uma tramitação de inserir documento nem da pessoa idosa ou outro conselho. Aline enfatiza na fala do Felipe no qual ficou muito confusa nesta eleição, que a instituição não poderia ocupar mais a cadeira, mas depois houve a ligação solicitando. Felipe também está sem entender. Aletea comenta com relação à tramitação de documentos, pontuando que teve dificuldade de encaminhamento de ofício para a Subsecretaria com relação a questão das denúncias disque 100 e acabou encaminhado pelo e-mail particular, um documento para o Duílio. Não tramitou no SEI, foi encaminhado para a Secretária Executiva mas não colocado. Subsecretário Duílio fala que se for o caso do fluxo de documento, pode rever o processo se há algo errado irá corrigir, reforça a Marina pelas palavras sábias e ver suas manifestações registradas em atas, sobre a fala do Oswaldo a participação dos conselheiros serem eleitores natos, o conselheiro deveria se inscrever em 30 dias corrido o constam no edital, então não há ilegalidade neste ponto, reafirmando a legalidade do processo assim que Sra. Elizabeth recebeu o ofício, começaram fazer todo levantamento de todos esses documentos, pontos apurados e conferido no gabinete, constatados que os atos foram corretos e discutidos com os conselheiros, não houve descumprimento no processo eleitoral, pode ter faltado uma legitimidade na composição, faltou um representante da sociedade civil mas foi debatido e discutido dentro do conselho e aprovado em plenária, se a comissão não fosse

construída atrasaria todo o processo, devolve a palavra ao presidente. Oswaldo retrata se são conselheiros natos eleitores porque se inscreverem, já deveriam estar inseridos nesta eleição como eleitores, “fere de morte essa eleição”, os conselheiros nato não ter votado, não foram chamados, não informado, deixa seu posicionamento. Duílio esclarece que foi à necessidade que o conselheiro seja escrito na plataforma e se torne um eleitor. Oswaldo a comissão deveria ter feito a inscrição de todos os conselheiros na plataforma, não concorda, sentiu ofendido, excluído de não ter votado e desrespeitado já que está no conselho a muito tempo, diante disso deixa sua solicitação pela impugnação dessa eleição. O subsecretário para correção comenta que deveria ter discutido na minuta do edital, foi encaminhado por e-mail 22 de agosto, esse ponto poderia ter sido retirado pelo pleno do conselho, mas a plataforma precisava dos conselheiros para serem inscritos. Oswaldo fala que a plenária do conselho poderia estar anulando este edital e construindo outro correto, não de maneira colocada entre linhas, excluindo os conselheiros, tirando o direito de todos os conselheiros natos votarem. O Subsecretário fala que o direito jamais foi sediado, precisa de toda documentação atualizada para ser inserido no portal e a minuta do edital foi discutida e a anulação não faz sentido. A Secretária Elizabeth interfere com a proposta; que o objetivo é chegar no consenso, sua proposta é encaminhar esse processo do jeito que ele foi analisado com legalidade pela assessoria jurídica no qual cumprida. A proposta é encaminhar todo esse processo para um terceiro analisar, que não é conselho, nem a SEDESE, mas para a Controladoria Geral de do Estado que faria uma auditoria todo esse procedimento, a partir da análise que deve durar por volta de 60 dias, fazendo a prorrogação do Conselho e a anulação fica por conta da Controladoria Geral, assim não irá olhar só ilegalidade mas também a legitimidade e transparência. Passa essa proposta para o Conselho, retrata ser uma pessoa que gosta das coisas certas e corretas, mas antes de deixar a fala para os conselheiros; parabeniza e agradece a fala de a Marina fazer 60 anos está pronta para voar, deixou muito orgulhosa. Felipe parabeniza também a Marina, relata que achou uma ótima propositura colocada pela Secretária extremamente coerente e sensata, pesa na questão toda. Explana mais uma vez das suas falas durante a reunião, da plataforma, o entendimento dos conselheiros, antecipação das eleições, coloca para o pleno para decidir essa propositura de aguardar avaliação do terceiro. Rita fala das dificuldades das entidades dos interiores que não têm acesso digital, que não receberam por edital a falta de recurso, sempre encaminha por e-mail as correspondências para aqueles que não tinham acesso, pois antes recebia o processo com toda explicação do candidato e eleitor. Também fala da questão do assédio que recebe por não estar apta à tecnologia digital, mas com seus 84 anos está se esforçando para aprender e não se importa e nem se sente constrangida mais há pessoas que sintam assim. Rodrigo manifesta diante de tudo que a Secretária colocou e o Subsecretário sobre a legalidade do processo de inscrição, é importante ter certa insistência em dizer que houve a comunicação no processo eleitoral; comenta das entidades durante o processo eleitoral que deu assistência, para com os conselheiros Maria Aparecida e o Máximo ajudando-os no processo, comenta que tem dentro do edital de chamamento um E-mail do conselho junto com a comissão do próprio edital como instrumento que era para encaminhar todo o processo para as entidades. Reafirma que foi encaminhado e-mail e também repassado para a Secretária, repassado para todas as entidades concorrentes, informando que no próprio edital já falava que logo após a publicação seria a eleição. Pois foi encaminhado e-mail informando tanto ao Máximo quanto a Maria Aparecida sobre as eleições no dia 29 de dezembro. A Comissão seguiu o que foi aprovado e consta no edital, foi informado que no dia 26, o manual foi encaminhado, e em nenhum momento o edital dizia a data. Máximo fala das dificuldades que teve junto a Maria Aparecida, só as duas entidades que estariam concorrendo neste mandato e

houve mudanças no processo eleitoral. Anteriormente, às eleições presenciais e no momento virtual. Responde que está falando da inscrição. Ratifica que no edital não falava em data de votação, mas que assim que saiu a publicação do dia 28 de dezembro, no dia seguinte ocorreria a eleição. O conselheiro Oswaldo pontua novamente, não concordância da forma que foi direcionado a votação, repetindo que o conselheiro é eleitor nato, então automaticamente deveriam estar inscritos e houve essa falha. Solicita que junto a documentação a ser encaminhada como sugeriu a Secretária Elizabeth, que a ata fosse acompanhada com a gravação da plenária para a Controladoria Geral do Estado. Felipe reprisa que a plenária aprovou também que os candidatos fossem apresentados em plenária logo após publicação, essa é uma fala enfatizada no decorrer da reunião. O conselheiro Silvestre explana sobre a fala da Secretária no qual ela colocou de forma clara, sincera e justa acha importantíssimo que possamos também refletir sobre isso, e se escolhermos a propositura da Secretária, estaríamos escolhendo aquela melhor forma para acabarmos com essa dúvida, dar a esse processo toda solução necessária, que é urgente e o conselho não pode ficar parado; aproveita para elogiar todo o colegiado que passou, foram trabalhos importantes de todos os membros do conselho tanto governamental quanto sociedade civil, com o compromisso no exercício do conselheiro, fala que realmente isso tem que ser discutido, mas não no nosso âmbito porque já extrapolou, passando para um terceiro como sugestão da Secretária terá um respaldo concreto e desta decisão possamos chegar numa decisão lógica, justa e correta e seguimos em frente com os trabalhos do conselho. Felipe agradece e concorda com a fala do Silvestre e abre para Marina e Subsecretário. Marina fala que concorda plenamente com a propositura da Secretária até mesmo do carisma, tendo a presença da mesma em esclarecer. Hiram fala que tem 03 anos que faz parte do conselho e as experiências adquiridas na prática agradece o Felipe e o Rodrigo, ele como suplente é mais atuante do que o titular, até é comprovado nas assinaturas das atas e este sempre disposto a ajudar, indaga quanto a questão da fala do Felipe, que logo após a publicação haveria apresentação dos concorrentes, mas ocorreria a eleição no dia seguinte, ficou em dúvida quanto essa questão. Felipe responde que também foi um dos impasses da situação do edital, na plenária foi aprovado a apresentação destes concorrentes em reunião. Carlão agradece a atitude do presidente e da secretária Elizabeth. Felipe fala que o Carlão é de luta, faz parte da história da política da pessoa idosa de Minas Gerais e no Brasil, passa para a propositura da Secretária de encaminhar para a Controladoria Geral do Estado, que ela defina sobre essas questões postas da anulação ou não da eleição, enquanto a Controladoria define o conselho vai dar seguimento às suas atividades e coloca em votação. Máximo solicita que a votação seja feita via áudio, que o Felipe chame cada conselheiro a votar, se é favorável ou não, para dar transparência. Felipe acata a decisão de Máximo e solicita alguém da secretaria Executiva a lista dos nomes para convidá-los a votar, orienta não convidar o suplente, se o titular estiver presente, como a caso da conselheira Maria Aparecida está sem áudio, mas pode votar no CHAT, porque todas as conversas serão anexadas em ata. A Secretária Executiva do Conselho, Leila Lopes, começa a chamar pela sociedade civil: Reforça aqueles que tiverem problemas no áudio podem dar o seu voto no CHAT. Leidiane: olhar no chat. A Secretária Elizabeth solicita sua retirada para deixar os conselheiros mais a vontade para votar, mas antes deixa uma reflexão, tudo na vida é aprendizagem, não é confronto e sim um aprendizagem onde todos saíram daqui mais fortalecidos e unidos, reforça que todo o processo houve legalidade e o que está sendo questionado e a legitimidade e a transparência, mas isso nos leva a refletir o que precisamos para o bom funcionamento deste conselho, fala que acompanhará o processo e agradece a todos, para que estejamos mais juntos e fortalecidos. Alguns conselheiros agradeceram a presença e o presidente também agradeceu pela

presença e pelo que tem feito pela população idosa de Minas Gerais. Volta para o processo eleitoral, salientando quem é a favor da proposta da Secretária e quem não é, votar sim ou não e também pode obste se não quiser se manifestar. Leila primeira Chamada foi a Leidiane, é favorável (CHAT) e vai constar em ata. Rita Felix é favorável pela proposta desde que seja anulada a eleição. No momento, Leila explica a Rita que haverá avaliação da Controladoria Geral, primeiro quando tudo for analisado, como as atas, a ata desta plenária, o edital. Rita pergunta se o áudio da reunião irá junto, Leila informa desde que solicitarem vai. Pode colocar favorável, mas e o encaminhamento da gravação da reunião e todos os outros documentos. Leila fala que até as conversas do CHAT serão encaminhadas. Marina votou Sim, preservando o que a Rita falou. Felipe é favorável. Bárbara, deve estar sem acesso por estar no aeroporto, Maria Aparecida - favorável (CHAT), constando em ata. Máximo- favorável. Aline- favorável, Oswaldo- favorável, com ressalva importância de enviar o áudio da reunião com todos os documentos para a controladoria. Silvestre- favorável, Iram- favorável, Rodrigo- favorável, Renata- favorável (CHAT) registrado em ata, Bárbara- em viagem,-Aletea- em trânsito; Márcia votou sim. Leila fala que tem 12 votos. O presidente fala com 12 votos favorável, fica aprovada a proposta da Secretaria Elizabeth o encaminhamento de toda documentação para a Controladoria Geral do Estado com a ressalva do encaminhamento da gravação da plenária para a junto com a ata e os chats, e o conselho continue atuante até que a Controladoria de retorno. Marina propõe marcar uma visita na Cidade Administrativa, com a cara do conselho, pois estamos plenos, ativos e prontos para o futuro. Conselheiros gostaram da ideia. Felipe coloca que tanto a Secretária quanto o Duílio deixou em aberto, fala em marcar essa visita. Rita sugere que todos vão até mesmo os do interior. Felipe pergunta para a conselheira Maria Aparecida fez o relato, mas devido esta sem áudio a Secretária executiva, Leila Lopes, fala que a Maria Aparecida irá fazer a ata e encaminhar o mais breve para o presidente e para os conselheiros, sugere que deixe marcado uma reunião extraordinária para aprovação desta ata. Felipe sugere que a data seja pensada assim que for encaminhada a ata. Leila pergunta sobre a aprovação da ata do dia 02 de dezembro, Felipe solicita que os conselheiros façam a leitura da mesma e na próxima reunião aprovamos juntos com a extraordinária. Silvestre parabeniza pela condução da reunião, a presença da Secretária Elizabeth e do Subsecretário, hoje sentiu a importância deste conselho. O presidente agradece a presença de todos. A sessão plenária foi encerrada às 11h30min pelo presidente Felipe Willer de Araújo Abreu Junior.

Presença dos conselheiros(as):

GOVERNAMENTAL:

Aletea Ferreira Prado de
Figueiredo

Secretaria de Estado de Saúde/SES

Hiram Acácio Leite de Ávila

Secretaria de Estado de Governo/SEGOV

Silvestre Dias

Secretaria de Estado da Fazenda/SEF

Renata Longuinhas Guimarães

Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade/SEINFRA

Juliana de Melo Cordeiro	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SEDESE
Rodrigo Marques da Costa	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SEDESE
SOCIEDADE CIVIL:	
Bárbara Gazzola de Macedo	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia/SBGG
Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior	Movimento de Luta Pró Idoso de MG/MLPI
Carlos Alberto dos Passos	Movimento de Luta Pró Idoso de MG/MLPI
Maria Aparecida Rocha Johnson	Associação de Amigos da Terceira Idade/AATI
Perpétua de Jesus Luiz	Associação de Amigos da Terceira Idade/AATI
Marina Eugênia Mazzoni Canaan	Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade/ABCMI - MG
Máximo de Fátima Moreira	Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas Idosos/ SINDNAP
Oswaldo Vieira Vilas	Asilo Santo Antônio de Leopoldina/MG
Aline Rodrigues do Nascimento	Ação Social Arquidiocesana de BH/PROVIDENS
Rita Felix Eugênio	Clube da Melhor Idade Renascer de Janaúba/MG
Rozina das Dores	Lar São Vicente de Paula do Alto do Rio Doce/MG
Leidiane Aparecida Morais	Lar São Vicente de Paula do Alto do Rio Doce/MG



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Gazzola de Macedo**,
Usuário Externo, em 10/04/2023, às 10:54, conforme horário oficial de



Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aletea Ferreira Prado de Figueiredo, Coordenador(a)**, em 10/04/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA APARECIDA ROCHA JOHNSON, Usuário Externo**, em 10/04/2023, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Perpetua de Jesus Luiz, Usuário Externo**, em 10/04/2023, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hiram Acacio Leite de Avila, Servidor(a) Público(a)**, em 10/04/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maximo de Fatima Moreira, Usuário Externo**, em 10/04/2023, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Willer de Araujo Abreu Junior, Usuário Externo**, em 12/04/2023, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Longuinhos Guimaraes, Servidora Pública**, em 12/04/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Eugênia Mazzoni Canaan, Usuário Externo**, em 14/04/2023, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Rodrigues do Nascimento, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Vieira Vilas, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leidiane Aparecida Moraes, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RITA FELIX EUGENIO, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Melo Cordeiro,**



Coordenador(a), em 18/04/2023, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **63573861** e o código CRC **67A6DA7F**.

Referência: Processo nº 1480.01.0002249/2023-66

SEI nº 63573861